

ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS

O que é?

É o serviço que deve ser utilizado para solicitar a isenção do pagamento de Foros, Taxas de Ocupação, Laudêmios e outros débitos com origem na utilização de imóvel da União administrados pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU.

Quem pode utilizar o serviço?

- **Pessoa Física:** que esteja inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) **OU** que preencha simultaneamente os seguintes requisitos:
 - a) tenha renda familiar mensal igual ou inferior a 5 (cinco) salários mínimos;
 - b) não detenha posse ou propriedade de bens ou direitos em valor superior ao limite estabelecido pela Receita Federal do Brasil para a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física **E**
 - c) o imóvel deve ser utilizado como residência do Ocupante ou do Foreiro.
- **Pessoa Jurídica:** que desenvolva ações de salvaguarda para bens culturais registrados pelo (IPHAN) ou entidade sem fins lucrativos reconhecida como beneficente, com prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação.

Tempo de execução do serviço:

Até 90 dias. A contagem do prazo de execução só inicia quando o analista da SPU confirma que a documentação de apresentação obrigatória foi enviada corretamente pelo solicitante.

Como Solicitar?

- 1 Acesse o portal: <https://sistema.patrimoniode todos.gov.br/#/>;
- 2 Clique em “Serviços Financeiros”;
- 3 Clique em “Obter Isenção de Pagamento de Taxas sobre Imóvel da União”.

Ou **acesse** diretamente por aqui:



Atenção!

- É necessário preencher a **Declaração de Patrimônio (ANEXO I)** e a **Declaração de Situação Econômica (ANEXO II)** e anexá-las ao sistema, junto ao requerimento “Obter Isenção de Pagamento de Taxas sobre Imóvel da União”;
- Se aprovado, o pedido de isenção aplica-se desde o início da efetiva ocupação do imóvel e alcança os débitos constituídos e não pagos, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, bem como multas, juros de mora e atualização monetária e se estende automaticamente aos 3 anos seguintes;
- **Não existe amparo legal para isenção de eventual Multa de Transferência.**

Legislação:

- Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981;
- Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015.

Contatos:

- Site: <https://sistema.patrimoniode todos.gov.br/#/>;
- Fale Conosco: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/mgi-fale-conosco-spu>;
- Telefone: 0800 978 9005 - dias úteis - das 08h às 18h;
- Agendamento de Atendimento Presencial ou Remoto: serviço “Agendar Atendimento” em <https://sistema.patrimoniode todos.gov.br/#/>.

ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS



ANEXO I - DECLARAÇÃO DE PATRIMÔNIO PARA FINS DE ISENÇÃO DE FORO OU DE TAXA DE OCUPAÇÃO E LAUDÊMIO NA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

DECLARAÇÃO DE PATRIMÔNIO PARA FINS DE ISENÇÃO DE FORO OU DE TAXA DE OCUPAÇÃO E LAUDÊMIO

Para fins de isenção de Foro ou Taxa de Ocupação e Laudêmio de imóveis da União, por motivo de carência, de acordo com o § 2º, inciso II, do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981, declaro(amos) que não detenho(mos) posse ou propriedade de bens ou direitos em montante superior ao limite estabelecido pela Receita Federal do Brasil, para obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física, nos termos da regulamentação anual disponibilizada na página eletrônica www.gov.br/receitafederal/pt-br.

Declaro(mos), sob as penas da lei, que as informações acima prestadas são verdadeiras, podendo ser consultadas e confirmadas por essa Secretaria do Patrimônio da União - SPU, a qualquer momento.

Nome do(s) Requerente(s)/Declarante(s), nº CPF, Data Nascimento:

Local, Data.

Assinatura(s) do(s) Requerente(s)/Declarante(s)

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO ECONÔMICA

DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO ECONÔMICA PARA FINS DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS JUNTO À SPU

Eu, _____,

_____ (estado civil), Identidade nº _____,

CPF nº _____, Profissão _____,

residente no endereço _____,

com renda familiar mensal estimada de R\$ _____, (_____),

declaro, na forma do artigo 1º da Lei nº 7.115, de 29 de Agosto de 1983, que sou pobre na forma da Lei e, nos termos do artigo 3º do mesmo diploma legal. Estou ciente da responsabilidade da presente declaração, inclusive das sanções dos artigos 171 e 299 do Código Penal Brasileiro.

_____, ____/____/____

Local e data

Assinatura